

ATA DA 179ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 179ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Leonardo José Gomes (SMOBI), José Adeilson Colares (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alan Bachur Viana (SICEPOT-MG), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Rosemary Fernandes da Silva (Associação Pró-Pampulha), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA) Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Frederico Luciano Santos (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Célia de Fátima Machado (FJP).

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo José Gomes, verificando o quórum, iniciou a reunião informando a pauta: Apresentação, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, do Programa Drenurbs 2 - Atividades realizadas e próximos passos.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, questionou a falta de abordagem da Pampulha na pauta da reunião.

Em resposta, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo José Gomes, informou que trataria do assunto após a apresentação, quando fossem apresentados os assuntos gerais.

A palavra foi repassada à Diretora de Operações de Créditos Internacionais, Letícia Pinheiro Rizério Carmo, que procedeu à apresentação. A palestrante informou que o Programa Drenurbs 2 será financiado com recursos do BID, no valor de US\$ 255 milhões, aproximadamente R\$ 1,20 bilhão, devendo ser executado no prazo de 6 anos a partir da assinatura do contrato. A população beneficiada pelo Programa será de 284 mil habitantes, sendo 65 mil diretamente beneficiados. O Programa prevê intervenções em 09 (nove) sub-bacias do Município: Terra Vermelha, Várzea da Palma e Embira, que foram consideradas as sub-bacias amostrais, Fazenda Velha, Brejo do Quaresma, Capão, Joaquim Pereira, Bonsucesso e Olhos D'água que também são elegíveis e serão confirmadas durante a execução do Programa.

A palestrante ressaltou que o Programa Drenurbs 2 é uma continuação do Programa Drenurbs 1, também financiado pelo BID, iniciado em 2004 e finalizado em 2021, com intervenções em 05 (cinco) sub-bacias. Os objetivos do Programa são: recuperar os cursos d'água por meio de intervenções que contribuam para a despoluição e a mitigação dos riscos de inundação; melhorar as condições sanitárias e de habitação com enfoque em comunidades vulneráveis; e fortalecer a capacidade institucional e aperfeiçoar os instrumentos de gestão dos riscos de inundação. Os benefícios esperados abrangem melhorias ambientais, revitalização e requalificação ambiental dos cursos d'água; universalização dos serviços de saneamento; mitigação dos riscos de inundação e aumento da resiliência às mudanças climáticas; e implantação de parques lineares e áreas de convívio beneficiando, inclusive, as populações de baixa renda. A palestrante destacou que o Programa ainda está em fase de tramitação e aprovação e que o Município aguarda a assinatura do contrato de empréstimo. Informou, ainda, que o Programa já foi apresentado publicamente, através dos documentos socioambientais no site do Programa Drenurbs na página da PBH e na audiência pública ampliada cuja gravação está disponível no Youtube. A assinatura do contrato está prevista para o segundo semestre e, a partir dessa data, será contado o prazo de 06 (seis) anos para execução do Programa.

A palestrante lembrou, através de um relatório fotográfico, as intervenções realizadas pelo Programa Drenurbs 1 nas bacias dos córregos Primeiro de Maio, Baleares, Nossa Senhora da Piedade, Engenho Nogueira e Bonsucesso, que abrangeram obras de tratamento de fundo de vale, expansão dos sistemas de esgotamento sanitário, intervenções e melhorias nos sistemas de drenagem, implantação de bacias de retenção e de parques lineares, além das ações de realocação de famílias, inclusive com produção de unidades habitacionais. Sobre o Programa Drenurbs 2, a palestrante mostrou a situação atual das áreas e um resumo das intervenções previstas. Na sub-bacia do Córrego Terra Vermelha será realizado o tratamento de fundo de vale, implantação de parques lineares, universalização do sistema de esgotamento sanitário e realocação de famílias. Na sub-bacia do Córrego Embira serão realizadas intervenções de tratamento de fundo de vale, universalização do serviço de esgotamento sanitário, implantação de parques

lineares, implantação de microdrenagem e realocação de famílias. Nas sub-bacias dos córregos Várzea da Palma, Brejo do Quaresma e Fazenda Velha serão realizadas intervenções de tratamento de fundo de vale, proteção da calha com revestimento flexível e permeável, implantação de parques lineares, universalização do serviço de esgotamento sanitário e realocação de famílias. Na sub-bacia do Córrego Fazenda Velha ainda serão implantados reservatórios de controle de cheias associados ao parque linear. Na bacia do Córrego Bonsucesso será implantado parque linear com tratamento dos focos erosivos pontuais, será universalizado o acesso ao sistema de esgotamento sanitário em complementação às intervenções realizadas quando da execução do Programa Drenurbs 1, além da realocação de algumas famílias. Nas sub-bacias dos córregos Joaquim Pereira e Capão serão realizadas intervenções de tratamento de fundo de vale, implantação de reservatórios de amortecimento de cheias e parque linear, universalização do serviço de esgotamento sanitário e realocação de famílias. Por fim, na sub-bacia do Córrego Olhos D'Água serão realizadas intervenções de tratamento de fundo de vale, implantação de parque linear, recomposição de APP's, universalização do serviço de esgotamento sanitário e realocação de famílias.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, questionou sobre o prazo limite de negociação junto ao BID e Governo Federal, visto ser ano eleitoral. Questionou, ainda, sobre os investimentos na sub-bacia do Capão, que foi contemplado em outro Programa de financiamento, juntamente com a sub-bacia do córrego Piratininga.

Em resposta, a Diretora Letícia Rizério informou que as eleições apresentam o risco de atrasar o processo, pois tem uma etapa que necessita de aprovação do Senado, mas não apresenta risco para a assinatura do contrato em si. Em relação ao Capão, informou que as sub-bacias dos córregos Capão e Piratininga foram contempladas no Programa Veredas conduzido pela SMPU. O Programa Drenurbs 2 vai somar ao Programa Veredas, para que haja o reestudo da solução estruturante, associada com soluções difusas e premissas do Drenurbs que são a universalização do esgotamento sanitário e a mitigação dos riscos de inundação.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, perguntou ainda sobre a viabilidade de incluir soluções difusas e baseadas na natureza no empreendimento, para que esta se torne referência para a execução das demais sub-bacias.

Em resposta, a Diretora Letícia Rizério ressaltou que os parques lineares previstos são exemplos de soluções baseadas na natureza. Esclareceu que quase todas as sub-bacias têm famílias vivendo ao lado dos córregos, por isso são adotadas medidas para transformar as margens dos córregos em parques, para que a população não reocupe o espaço e se elimine os lançamentos de esgoto e de lixo nos cursos d'água.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, questionou como o Programa Drenurbs 2 dialoga com as políticas de resíduos e manejo de áreas verdes. Questionou, ainda, se o Programa prevê monitoramento e manutenção dos parques lineares previstos e se está previsto algum programa de educação ambiental para conscientizar a população quanto à preservação dessas áreas. Questionou, ainda, sobre os riscos da troca de gestão na execução do Programa. Relembrando o Drenurbs 1, citou que a população reclamou da poluição gerada pela execução das obras e perguntou se a metodologia de execução será aprimorada.

Em resposta, a Diretora Letícia Rizério convidou a todos para conhecer o site do Programa Drenurbs e informou que os documentos socioambientais, com as avaliações dos riscos ambientais e sociais elaborados junto com o BID estão disponíveis para consulta no referido site. Informou que, além da análise de riscos, também foi elaborado o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), que propõe, para cada risco, um programa específico de mitigação. A palestrante lembrou que nenhuma obra do Programa Drenurbs será realizada sem a prévia execução do trabalho técnico social, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Ressaltou que a Urbel, responsável por esse trabalho, possui uma metodologia ímpar, desenvolvida ao longo dos anos, tornando-se referência nacional no trabalho com populações residentes em vilas e favelas. Lembrou, também, que o trabalho é desenvolvido por uma equipe de assistentes sociais que avaliam não apenas o reassentamento das famílias, mas também o deslocamento econômico das famílias empreendedoras. Informou, ainda, que o agente financiador - BID avalia o cumprimento das políticas socioambientais, além da Prefeitura. Em relação à manutenção, explicou que o

financiamento junto ao BID traduz-se em um empréstimo e os recursos estarão disponíveis apenas durante a vigência do contrato de empréstimo, que é de seis anos. Considerando que as obras serão entregues no final do prazo, esclareceu que os recursos não contemplam os custos de manutenção das obras de infraestrutura, sendo esta responsabilidade da Prefeitura. Informou, ainda, que está prevista, na componente de fortalecimento institucional, uma consultoria de apoio para prever e planejar os desafios futuros. Em relação à mudança de gestão, a palestrante informou que o acordo de empréstimo com o BID e com o Governo Federal tem um escopo fechado que precisa ser mantido e a Prefeitura entende a importância e complexidade do Programa, mesmo mudando a gestão, prova disso o Programa Drenurbs 1 que foi executado entre 2004 e 2021.

O Conselheiro e representante da SMMA, Pedro Franzoni, em complementação à resposta, lembrou que o licenciamento ambiental é um instrumento de avaliação de impacto ambiental e definição de condicionantes e medidas compensatórias, contemplando todos os estudos e obrigações que as empreiteiras terão para mitigar os impactos. Além disso, informou que haverá um Termo de Referência específico sobre a educação ambiental e comunicação social, que serão condicionantes do processo de licenciamento.

Encerradas as inscrições, o Conselheiro e presidente do COMUSA Leonardo Gomes pautou os assuntos gerais. Em resposta ao Conselheiro Weber Coutinho, informou que as ações referentes à Pampulha, abrangendo monitoramento, limpeza, tratamento e desassoreamento que estavam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, passaram a ser geridas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Apenas o monitoramento do barramento permanecerá sob a gestão da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, através da Subsecretaria de Zeladoria Urbana - SUZURB, que cuida de 22 bacias com reservatórios. Propôs uma pauta com apresentação por parte da Diretoria de Bacias da SUZURB, sobre a gestão do sistema de bacias como um todo, enfatizando a Lagoa da Pampulha, e por parte da SMMA, abordando especificamente o monitoramento da Lagoa.

A Conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, perguntou se a migração das atribuições sobre a Pampulha para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente altera as discussões dessa temática no COMUSA.

Em resposta, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes informou que, na prática, não muda nada, e que os assuntos referentes à Pampulha que competem ao COMUSA continuarão sendo tratados e deliberados sempre que necessário.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Frederico Luciano Santos, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.